

CRIANÇAS ESCRAVAS NO BRASIL COLONIAL *

SILVANI DOS SANTOS VALENTIM **

RESUMO

Na historiografia do período colonial brasileiro, muito pouco se encontra a respeito da criança negra. Relatos de viajantes que estiveram no Brasil, sobretudo na primeira metade do século XIX, tornaram possível a compilação de dados em artigos: MOTT (1972) e MATTOSO (1988), por exemplo. Mas, julgando os dados obtidos insuficientes, remetemo-nos à tarefa de buscar, em outros veios da literatura acerca do período colonial, a situação da criança escrava. Reunimos fragmentos e costuramos visões que em seu conjunto tentarão dizer da situação da criança negra e escrava. Se lhe era proibido freqüentar os locais de ensino, era-lhe permitido o acesso às igrejas? Se tão pouco valia, de que se ocupava? Como se educava? A leitura que fizemos do Brasil colonial desdobrou-se em várias interpretações e nos ocupamos, destacadamente, da obra de Gilberto Freire - Casa Grande e Senzala. Avaliamos a forma como Freire apresentou a criança e a mulher negra, sustentada pela visão da miscigenação entre negros e brancos como elemento possibilitador da harmonia e da união entre as raças, que anunciava e preconizava uma falsa democracia racial.

DESCRIPTORIOS DE ASSUNTO: CRIANÇA NEGRA - período Colonial, ESCRAVIDÃO - Brasil, NEGRO - Escravidão

ABSTRACT

One does not find much information about black children's situation in the history of Brazil's colonial period. Reports of travellers who visited Brazil mainly in the first half of XIX century provided the data for articles such as the ones of Mott (1972) and Mattoso (1981). However as we considered those data insufficient for our study we started to search for the real position of the slave children in other sources of the literature of the colonial period. Thus we collected data, fragments of history and intermingled various points of view which will try to tell the story of the black and slave children. The text arouses questions such as: If it were forbidden for them to attend school was it allowed for them to participate in the religious cults? If they were such mean human beings in what ways were they 'utilized'? How were they brought up? Various interpretations were raised up as we read about Brazil's colonial period. Nevertheless we concentrated the emphasis of our reading in Gilberto Freyre's *Casa Grande e Senzala* (1). We analysed and discussed the way both black children and women were presented by Freyre. In his analysis Freyre conveys the view of miscigenation - between blacks and whites - as an element which propitiates union and harmony among races. Such a view foresees and brings forth a false racial democracy.

KEY WORDS: black children, colonial period, negro slavery, slavery: Brazil

* Este artigo constitui, com pequenas modificações, o terceiro capítulo da monografia intitulada: "Molecas: crianças escravas no Brasil colonial de casas grandes e senzalas", orientada pela Profa. Eliane Marta Teixeira Lopes. Como cumprimento das exigências do PET-Programa Especial de Treinamento - CAPES, foi apresentada em 21 de dezembro de 1989. Nossos agradecimentos à Profa. Therezinha Samora Ribeiro, à Profa. Maria Ângela de Faria Resende e Shirley Maciel da Silva.

Agradeço especialmente à Profa. Eliane Marta: pela segurança e energia que me transmitiu durante a orientação, porque me fez entender que o trabalho intelectual é perpassado pela solidão.

** Aluna do curso de Pedagogia - FAE/UFMG.

Bolsista do PET - CAPES



INTRODUÇÃO

No Brasil Colônia, a constituição de família entre os negros não interessava ao Estado ou aos Senhores de Engenho, assim como não era lucrativo alimentar as chamadas "crias", até que tivessem idade para o trabalho.

MALHEIRO, o maior historiador da Escravidão Brasileira no século XIX, citado por CONRAD, afirmava:

1. ... Em geral, a importação era de homens, e mui poucas mulheres; o que se queria principalmente eram braços para o trabalho, e não famílias; 2. ... Não se promoviam casamentos, a família não existia para os escravos; 3. ... Pouco ou nada se cuidava dos filhos; 4. ... As enfermidades, o mau trato, o serviço e trabalho excessivo inutilizavam, esgotavam e matavam dentro em pouco grande número. (Malheiro citado por CONRAD, 1985 p. 17)

O Estado ou os senhores de engenho não estavam preocupados com a sobrevivência dos filhos das escravas - dizemos das escravas, porque os pequenos escravos eram vistos sempre em companhia de mulheres, fossem elas sua mãe biológica ou não. (conf. MATTOSO op. cit.). As condições pré e pós parto induzem a tal conclusão. Não eram as mulheres negras poupadas do trabalho, fosse ele de qualquer natureza. Eram inúmeros os casos de abortos ou natimortos.

Comenta CONRAD:

"Poucas ou nenhuma chance de sobrevivência até a idade adulta e incapacidade para produzir lucro imediato para seus senhores frequentemente significavam baixo valor de mercado, abandono, e vida curta e miserável para as crianças escravas nascidas no Brasil" (1985. p. 22)

As crianças negras que conseguiam sobreviver cresciam nos arredores da casa grande, e assim que tinham idade para tal eram encarregadas de serviços menos pesados - davam recados, ajudavam na preparação de alimentos, carregavam objetos. (conf. MOTT. op. cit.)

A fase infantil do escravo é de pouca importância para a política colonizadora de Portugal. Era tratado como bichinho de estimação, a quem a senhora, com toda sua "bondade", dava restos de seu alimento, dispensando-lhe o tratamento que dispensamos hoje aos animais domésticos.

"Nas grande propriedades de engenho de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda liberdade, participando das brincadeiras das crianças brancas e das carícias das mulheres da casa, verdadeiros cupidos de ébano', como classificou um viajante ao descrever a admiração beata dos senhores - inclusive do capelão - ante as cambalhotas dos negrinhos brincando como cachorros de grande porte". (MATTOSO, 1988. p. 43)

Não há exatidão em torno do número de africanos que atravessaram o Atlântico e daqueles que, sobre-

vivendo, foram incorporados ao trabalho compulsório, objetivo primeiro de tamanhas empreitadas no continente africano. Entre os embarcados, embora em menor número, vinham as crianças e mulheres. O motivo da importação de crianças com idade de 8, 9, 10 anos é que estes estariam, logo, prontos para o trabalho e sem os "costumes e vícios" que os crioulos (negros nascidos no Brasil) possuíam, segundo os senhores da escravidão, além de que não serem tão pequenas e, portanto, não necessitarem de cuidados, o que significava bom investimento.

Se eram poucas as crianças embarcadas e se o crescimento populacional entre os escravos brasileiros era negativo, podemos inferir que a criança escrava significava muito pouco e estava "por um fio" a sua sobrevivência. No período da história brasileira, ainda o mais longo, onde ser escravo era sinônimo de inumano, e ser criança antônimo de utilidade, concordamos com MATTOSO (1988).

"O que se pode dizer então das crianças escravas que são duplamente mudas, e duplamente escravas". (p. 38)

A CRIANÇA ESCRAVA EM "CASA GRANDE E SENZALA" (1)

"Outros vultos de negros se sucediam na vida do brasileiro de outrora. O vulto do moleque companheiro de brinquedo". (FREIRE, 1975. p. 336)

Dentre os papéis destinados à criança negra, o fato de ser companheira de brinquedo aponta para sua presença entre os brancos, o que destaca sua inutilidade. Ora! não se refere aqui a ser companheiro no sentido que o compreendemos hoje. O pequeno escravo era na verdade objeto de entretenimento. Desde a mais tenra idade aprendia, portanto, que devia servir, não como alguém que tem um significado valorativo, mas como sombra, vulto, presença insignificante.

Outro excerto que exemplifica melhor tal papel:

"Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce seus caprichos (...). Nas brincadeiras, muitas vezes brutais, dos filhos dos senhores de engenho, os moleques serviam para tudo". (FREIRE, 1975. p. 336)

O "tudo", ao qual o autor se refere, deve ser compreendido no sentido literal da palavra e traduzido para qualquer ação que o menino branco desejasse, para que fosse maior seu contentamento. Sua alegria deveria ser completa, em nada poderia ser contrariado. Desde cedo, o herdeiro do senhor de engenho aprendia a maltratar, usar, negar direitos aos negros. Ainda que fossem apenas brincadeiras, a relação de mando-obediência se estabelecia, os lugares estavam determinados. Ainda que "brincassem" juntos, apenas um se divertia, de certo que, muitas vezes, à custa do desprazer da criança escrava, a outra.

"Nos próprios jogos coloniais de sala surpreendem-se tendências sadistas: no "jogo do beliscão", tão querido das crianças brasileiras nos séculos XVIII e XIX, por exemplo(...). E ia mesmo o beliscão em quem fosse atingido por "lá vai um beliscão". Belisco medroso da parte dos crias; doloroso e forte quando dado pelos meninos brancos". (FREIRE. p. 368)

O excerto acima nos traz a confirmação de que a criança negra sabia de seu lugar: de escrava. As lições no cotidiano das relações com senhores e "nhonhós" eram aprendidas pelo pequeno escravo. E ainda que tivesse oportunidade de ser aquele que castiga, não o fazia. Decerto porque sabia que sua morada era a senzala ou os fundos da Casa Grande. Não lhe vinham forças para "beliscar" aquele a quem devia obedecer. Caracteriza-se aqui a realidade da escravidão. FREIRE tergiversou em face do concreto dessa relação, ele que também brincou com negros (imaginamos) e teve uma menina negra por babá.

O menino escravo tinha uma outra tarefa:

"Através da submissão do moleque, seu companheiro de brinquedo e expressivamente chamado leva-pancadas, iniciou-se muitas vezes o menino branco no amor físico"(FREIRE. p. 50)

Este era o grau máximo de humilhação que a condição de escravo conferia ao menino negro: ser objeto sexual de outrem de seu mesmo sexo. Experiência dolorosa para o futuro homem, precocemente ferido em sua sexualidade e afetividade.

A MENINA ESCRAVA

Chamou-nos bastante atenção, dentre as questões educacionais da Colônia, o papel que desempenharam crianças e adolescentes negros do sexo feminino.

Na historiografia oficial acerca do período colonial, os autores, ao citarem a criança escrava, não fazem distinção de gênero, nem tampouco referem-se a crianças ou meninos(as). São tidos por crias, moleques e molecas, negrinhos e negrinhas, pardinhas e pardinhas, e cabrinhas. Tal distinção ocorre no desempenho de papéis. As meninas eram encarregadas de cuidar (como babás) de crianças brancas, e do exercício de papéis que, logo que tivessem condições físicas, deveriam assumir. Eram também iniciadas num outro aprendizado, o de amante do senhor de engenho e seus agregados.

(1) A obra clássica de Gilberto de Mello Freire publicada em 1933, analisada no segundo capítulo da monografia

"Foram os senhores das casas grandes que contaminaram de lues as negras das senzalas. Negras tantas vezes entregues virgens, ainda molecas de doze, treze anos, a rapazes brancos já podres da sífilis das cidades. Porque por muito tempo dominou no Brasil a crença de que para o sífilítico não há melhor depurativo que uma negrinha virgem" (FREIRE. p. 317)

A prostituição de escravas, ainda na puberdade, justifica a necessidade de se analisar a situação da mulher escrava adulta. Ao que dissemos em linhas anteriores - o número de partos mal sucedidos, abortos, natimortos e o descaso do Estado pela constituição de família entre os escravos - soma-se o fato de serem determinados fatores considerados como inerentes à escravidão.

"Não há escravidão sem depravação sexual. É da essência mesma do regime. Em primeiro lugar, o próprio interesse econômico favorece a depravação, criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias". (FREIRE. p. 316)

No período escravocrata, o trabalho compulsório era inerente ao sistema de produção implantado na colônia brasileira pelos portugueses. Mas a depravação sexual deve ser analisada como ligada a outras particularidades. Não acreditamos ser da essência de nenhum regime, nem mesmo do escravocrata, a depravação sexual. O que de fato ocorreu no Brasil diz respeito à estrutura colonial. Permanecia como que arraigada na mentalidade das mulheres e homens, da Colônia e da Metrópole, a crença na predisposição das escravas para uma sexualidade animalesca e depravada.

O que se constata ainda é que foi insignificante o número de mulheres brancas vindas para o Brasil nos primórdios da colonização e aquelas que vieram destinavam-se a formar família, quando se efetivou a colonização.

Por outro lado, o papel que deveria desempenhar a "senhora" concorria para tal depravação: educada para ser mãe e ser submissa, era mantida no interior da Casa Grande, e a Igreja Católica confirmava esse papel que, a exemplo da Virgem Maria, deveria ser o de mulher "puríssima" e "servil". Para garantir tal moral, havia as escravas.

"Mas o grosso da prostituição, formaram-no as negras, exploradas pelos brancos. Foram os corpos das negras - às vezes meninas de dez anos - que constituíram, na arquitetura moral do patriarcalismo brasileiro, o bloco formidável que defendeu dos ataques e afoitezas dos Don-Juans a virtude das senhoras brancas" (FREIRE. p. 450)

Nas primeiras páginas de Casa Grande e Senzala (conf. Pref. à 1ª ed. p. LX), Freire analisa a união de homens brancos com mulheres negras como harmoniosa.

Se voltamos aos aspectos que levantamos nos parágrafos anteriores, deduzimos que tal conclusão é por demais simples. Há implicações - e agora tomamos a própria frase de Freire - "da essência mesma do regime", que negam tal afirmativa.

Recorremos a CONRAD(1985),

"É óbvio entretanto, que se os escravos fossem geralmente bem tratados e os negros mais respeitados e melhor ajustados, como têm dito gerações de historiadores como Gilberto Freire, João Ribeiro e outros, se o casamento e a família tivessem realmente resultado na "reabilitação" dos escravos e em uma melhora de sua situação, dificilmente teria sido necessária sua importação maciça e constante para o Brasil por mais de três séculos" (p. 17)

Neste panorama de exploração humana, em todos os sentidos e formas, as origens da situação da criança escrava torna-se menos inexplicável, sobretudo se cotejamos essa situação com a da mulher e da criança branca.

CRIANÇAS E MULHERES BRANCAS

A criança branca, no período colonial, não tinha o significado social que têm as crianças nos dias de hoje. As experiências de vida e a história da família e da região eram contadas oralmente pelos mais velhos; em geral era o pai quem se incumbia de tal papel. O pequeno herdeiro não conhecia o passado e era julgado incapaz de compreender o presente. Vivía então num espaço à parte, era insignificante. "O 'párvulo' não merecia a mesma consideração do adulto": (COSTA, 1983. p. 158)

O menino branco criava-se, assim, despercebido e desincumbido "rodeado de negra ou mulata fácil". (FREIRE. p. 372)

"Como responsabilizar-se a negra da senzala pela depravação precoce do menino nos tempos patriarcais? O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem". (FREIRE. p. 372)

Era comum no período colonial, por parte dos brancos, a concepção de que os escravizados não possuíam valores morais e podiam estar, portanto, à disposição, também com relação à sexualidade, para o que melhor conviesse aos seus senhores(as). É à mulher e à menina negra que caberá a tarefa de iniciar o pequeno macho-branco no amor físico.

"Porque a castidade não era um tipo de sentimento que se cultivava no coração do africano ou do crioulo embrutecido pelo cativo". (CUNHA, citado por VAINFAS, 1986. p. 148)

Destaquemos, agora, uma questão que para nós é de extrema importância, e sobre a qual não encontramos informações no material consultado.

Como se dava no campo da sexualidade o relacionamento entre negras e negros na fase infantil e na puberdade? Pela organização de vida do escravo no Brasil Colônia, somos induzidos a subentender que reinava a promiscuidade. Mas não podemos permitir que a visão dos senhores da escravidão nos impeça de buscar compreender tal relação sob outro ângulo. As aparências são de fato muito evidentes, num período da história brasileira tão perverso para os negros. Tal estudo haverá de ser realizado em um outro trabalho.

Não eram todas as mulheres e crianças brancas que iam para a escola; muitos filhos de colonos menos abastados nunca aprendiam a ler e escrever, e mesmo as meninas das famílias afortunadas eram mantidas em total ignorância. O que aprendiam mesmo eram "prendas do lar", requisitos básicos para sua vida no futuro como mães e esposas que se tornariam, com treze, quatorze anos. Temos conhecimento de alguns trabalhos como o de MOTT(1988), de extremo significado histórico, porque retira da penumbra o papel desempenhado por diversas mulheres brancas no período colonial, assim como

o de COSTA & BRUSCHINI (1989). Não foram muitas as mulheres brancas que puderam ser sujeito com incumbências outras que não aquelas que competiam, na ordem social da colônia, ao sexo feminino. Por outro lado, sabemos que inúmeras mulheres jamais terão suas atitudes conhecidas. Não nos esqueçamos de que a História do Brasil é centrada no colonizador europeu, macho e adulto.

Voltemos, agora, com mais empenho, ao que significava ser criança negra na colônia. Segundo Freire, meninos e moleques tinham, em muitos engenhos, um cotidiano comum. Mas a realidade social da escravidão não permite que nos empolguemos com esses indicativos.

EVANGELIZAÇÃO E ESCOLARIZAÇÃO: DESNECESSÁRIAS PARA NEGROS

À criança negra era proibido frequentar os locais de ensino. Foram os Jesuítas, primeiramente, que se encarregaram da educação escolar dos filhos dos senhores de engenho e da catequização dos indígenas. Evangelização e escolarização eram desnecessárias para negros, conforme consenso do clero e dos senhores.



"Percebe-se que a organização escolar no Brasil Colônia está, como não podia deixar de ser, estreitamente vinculada à política colonizadora dos portugueses". (RIBEIRO, 1981. p. 24)

A presença de negros nos estabelecimentos de ensino era admitida para o trabalho. A "Companhia de Jesus" não só abençoou a escravidão, como também manteve escravos. Enquanto os Jesuítas buscavam a salvação de almas através do lume do conhecimento das leis de Deus e da propagação da fé, os tidos por desalmados - os negros - serviam para o sustento de tal empreendimento.

FILHOS NATURAIS E FILHOS LEGÍTIMOS

"Só negros e moleques parecem ter sido barrados das primeiras escolas jesuíticas. Negros e moleques retintos. Porque a favor dos pardos levantou-se no século XVII a voz del-Rei" (FREIRE, p. 413)

Nós sabemos que as crianças nascidas das escravas eram, em grande número, filhos de homens brancos, que podiam ser os senhores de engenho, os capatazes, agregados, padres... sendo assim era grande o número de crianças mulatas. Estes, em muitos casos, viviam nos arredores da Casa Grande e com os filhos legítimos dos escravistas, até que tivessem idade de assumir incumbência mais próxima com seus senhores.

É a essas crianças mulatas que Freire se refere quando diz "pardos". A criança escrava, quanto menos negra fosse, mais seria tida por inteligente e escolhida para executar determinadas tarefas. Aquelas que eram "retintas", original e integralmente negras, eram reservadas para o trabalho rude. Notemos portanto que, desde o período colonial, a criança negra, por ser negra, é vista como menos capaz para executar determinadas tarefas.

Entre os negros "retintos" (tomamos esse adjetivo de Freire para sermos melhor compreendidos) contava-se o maior número de natimortos. COSTA afirma que "a mortalidade dos filhos naturais era duas vezes maior que a dos filhos legítimos" (p. 164). De onde deduzimos que os filhos legítimos dos escravos (termo categoricamente usado para os filhos dos brancos, que resgatamos para os filhos dos negros) deviam atingir aproximadamente uma mortalidade três vezes maior que a dos filhos legítimos dos brancos.

Além da proteção que os filhos naturais dos homens brancos recebiam, desde a infância criava-se o distanciamento entre aqueles que tinham a mesma sorte: servir. O fato de algumas crianças pardas, mulatas ou mestiças (ou outros adjetivos atribuídos àqueles que eram resultado da miscigenação) poderem frequentar estabelecimentos de ensino fez com que fosse encarada como menos bárbara a situação da criança escrava; assim, gerar mulatos era encarado como mal necessário, e a "seleção estética" era atitude pouco ou nada questionada.

"... O que mostra ter havido seleção eugênica e estética de pajens, mucamas e molecas para o serviço doméstico - as negras mais em contato com os homens brancos das casas grandes; as mães dos mulatinhos criados em casa - muitos deles futuros doutores, bacharéis e até padres" (FREIRE, p. 314)

Aos "mulatinhos" era dada uma chance, para fugir à regra. Estes experimentaram conviver em um lugar que lhes custou a perda da identidade étnico-racial como identificação e comunhão com os de sua raça, o que era melhor para os brancos e pior, muito pior, para os negros.

A questão maternidade-paternidade em relação aos escravos é algo por demais complexo, e não julgamos conveniente, pelo que concerne ao objetivo deste trabalho, aprofundá-la. Seria necessário que recorrêssemos à Psicologia e à Antropologia. Compete-nos dizer que aqueles que eram arrancados da África quando pequenos, depois do nefando trajeto pelo Atlântico e da adaptação à vida de escravo no Brasil, não podiam, quando adultos, recordar o nome de seus pais. A criança negra nascida no Brasil quase não tinha referencial familiar (pai, mãe, irmãos, tios, avós), e quando havia possibilidade de aproximação mãe-filho, a lógica escravista preponderava. As crianças escravas, quando ainda não estavam em idade de se locomoverem sozinhas e dependiam de suas mães, constituíam um entrave para os senhores de engenho, que logo encontravam soluções para resolver tais questões.

"Quase todas, obrigadas a se entregarem a ocupações agrícolas ou domésticas, atiravam os filhos ao berço ou à rede - aí permanecendo as crianças dias inteiros" (FREIRE, p. 359)

Não pertencia à escrava o "fruto do seu ventre". A qualquer momento poderiam arrancar de si sua pequena criança. O poeta Castro Alves muito bem o disse em verso:

*" - Escrava, dá-me teu filho!
senhores, idel-o ver:
É forte, de uma raça bem provada,
Havemos tudo fazer.
Assim dizia o fazendeiro, rindo,
E agitava o chicote...
A mãe que ouvia
Imóvel, pasma, douda, sem razão!
Á Virgem Santa pedia
com prantos por oração;
E os olhos no ar erguia
Que a voz não podia, não.
- Dá-me teu filho! repetiu fremente
O senhor, de sobrolho carregado.
- Impossível!...
- Que dizes, miserável?
- Perdão, senhor! perdão! meu filho dorme...
Inda há pouco o embalei, pobre inocente,
Que nem sequer pressente*

*Que ides...
 - Sim, que o vou vender!
 - Vender?!... Vender meu filho?!
 Senhor, por piedade, não...
 vós sois bom... antes do peito
 Me arranqueis o coração!
 Por piedade, matai-me! oh! É impossível
 Que me roubem da vida o único bem!
 Apenas sabe rir... é tão pequeno!
 Inda não sabe me chamar!... também
 Senhor, vós tendes filhos... quem não os tem?
 - Cala-te, miserável! meus senhores,
 O escravo podeis ver...
 E a mãe em pranto aos pés dos mercadores
 Atirou-se a gemer.
 Porém nada comove homens de pedra,
 Sepulcros onde é morto o coração.
 A criança do berço eil-os arrancam
 Que os bracinhos estende e chora em vão".
 (ALVES, 1977. p. 63-66)*

Temos ainda o caso de escravas que sacrificavam seus filhos, para não vê-los cativos.

Comenta MATTOSO :

"Com efeito, nunca encontrei referências sobre a atitude da escrava em relação à maternidade: se ela alegrava-se ou entrestecia-se de ser ou de vir a ser mãe; não tenho como saber". (p.44)

A frase final de MATTOSO : "Não tenho como saber", é tão contundente quanto verdadeira e se parámos para refletir nos sentimos impotentes. Onde encontrar? como saber?

Quando os dados objetivos inexistem, quando a análise sociológica não basta, recorremos ao subjetivo - que, afinal, não é menor ou oposto à objetividade:

*"Não me maldigas... num amor sem termo
 Bebi a força de matar-te... a mim...
 Viva eu captiva a soluçar num ermo...
 Filho, sê livre... sou feliz assim...
 (...)
 Perdão, meu filho... se matar-te é crime...
 Pede às estrelas um olhar materno,
 Um seio quente, como o seio meu"
 (ALVES. p. 37-38)*

QUANDO OS NEGROS SUBVERTERAM A ORDEM E GERARAM CRIANÇAS LIVRES

Houve centenas de crianças que nasceram e cresceram distantes dos fundos das Casas Grandes e das senzalas frias e escuras. Em meio ao estabelecido pela lógica escravista, os negros resistiram e constituíram uma organização revestida de significado político, econômico e social, sem comparação, ainda, na História do Brasil: os Quilombos. (Lugar geograficamente estratégico - de difícil acesso, onde os negros rebelados que conseguiam fu-

gir se organizavam e resistiam à escravidão).

Destacamos o Quilombo de Palmares, também chamado N'gola Janga (Angola pequena). Em Palmares as crianças (negras, índias e brancas pobres), tiveram infância e se educaram.⁽²⁾

Em 1655, uma das povoações palmarinas sofreu um bruto massacre da primeira expedição organizada pelo governo de Pernambuco depois da expulsão dos holandeses. Entre os sobreviventes foi encontrada uma criança do sexo masculino, que foi dada de presente a um padre. Decerto que este não foi o primeiro nem tampouco o último caso do gênero ocorrido no Brasil Colônia. Sua importância particular reside no fato de ser este o menino negro que, quando adulto, tornou-se o mais significativo líder da resistência palmarina: ZUMBI.

ANTES DE SER ZUMBI CHAMARAM-NO FRANCISCO

Zumbi aprendeu a ler e escrever e permaneceu durante quinze anos em companhia do Padre Antonio Melo. Este lhe ensinou doutrina cristã e o fez coroinha, assim como conhecedor das letras (Português e Latim).

Zumbi nunca foi escravo. Conforme o Conselho Ultramarino firmado por Alvará Régio de 1682, aqueles que nascessem em Palmares seriam livres. Foi educado nos moldes que eram reservados aos da raça branca. O Pe. Antonio Melo externa a sua surpresa com a inteligência do pequeno negro:

"Francisco demonstrava engenho jamais imaginável na raça negra e que bem poucas vezes encontrei em brancos". (Melo, citado por FREITAS. p. 125)

Sim! Os brancos não podiam imaginar, nem tampouco saber da capacidade intelectual dos negros. Zumbi não era um "gênio" conforme parece deduzir Pe. Melo. Era simplesmente uma criança negra, como milhares de outras, que por serem negras e escravas eram golpeadas, desde a mais tenra idade, em sua dignidade, cresciam dessa forma, e era quase impossível imaginá-las vivenciando outros papéis que não os estabelecidos para os negros.

ZUMBI OU ZAMBI, ASSIM SE CHAMOU O LÍDER

Décio Freitas não encontrou em sua pesquisa acerca de Palmares fonte segura que confirmasse o significado etimológico e histórico do nome de Zumbi:

"Nos documentos portugueses o nome do caudilho negro aparece como Zumbi ou Zambí; mas a primeira grafia é mais freqüente e se acha consagrada pelo uso. Não se pode concordar com o cronista que atribui ao seu nome o

(2) Sugerimos a leitura de FREITAS (1982).

significado de "Deus da guerra". O que consta na mitologia religiosa africana é uma divindade suprema chamada Nzambi (Nyambi, Nyama), a qual, segundo Baumann, se cultuava na parte ocidental do norte congolês e foi, a partir do séc. XVI, largamente difundida por missões cristãs, sendo com o tempo adotada pelos Ngalas e os Sokos do Congo médio, bem como pelos Fans do sul do Camarão. Codomega alude a um Zombi(Nzumbi), que em Angola significava defunto. Não seria impossível que os palmariños vissem no seu general uma encarnação divina, porém não há provas disso. Seja como for, nunca é bom confiar nas grafias e aceções dadas pelos cronistas portugueses aos nomes africanos. Por enquanto, será conveniente renunciar à tentativa de descobrir o significado etimológico e histórico do nome do grande general negro. As informações do Pe. Melo demonstraram inequivocamente que o parentesco de Zumbi com Ganga-Zumba, como 'sobrinho', conforme a insistente referência da documentação portuguesa, era apenas simbólico (FREITAS, p. 126)

Não é de nosso conhecimento o motivo que levou o então adolescente Zumbi a fugir para Palmares. O que sabemos é que ele cresceu na cidade de Porto Calvo, no limite que separava a cidade da República palmarina.

Conforta-nos, por ora, saber que houve mulheres negras que foram donas do "fruto do seu ventre" e geraram crianças que não conheceram a escravidão, e puderam, então, educar-se e ser humanos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que o estudo do período colonial nos aponta acerca da criança negra na colônia é, indubitavelmente, a sua inutilidade. E, ao ingressar no mundo dos adultos,

a criança negra era educada para obedecer; desde os primeiros anos da infância tomavam-lhe as lições que deveria saber de cor (de coração), para que não mais se esquecesse de seu lugar;

a criança negra era educada sem família; quase não havia laços familiares entre os negros no Brasil colonial; acrescente-se ainda o fato de centenas de negros terem sido capturados na África ainda na puberdade;

criança negra era educada para a prostituição; o ser objeto na infância é mais contundente com relação às meninas, que muito antes da fase adulta deveriam estar prontas para servir sexualmente aos brancos e acasalar-se com negros, independente do seu desejo;

a criança negra era educada para o trabalho; a criança escrava deveria saber qual era o único motivo (no entendimento dos brancos), para sua existência: a concessão do seu trabalho para o não trabalho do outro.



a criança negra era educada para a morte; as crianças escravas que "vingavam" iam sendo preparadas, através do ritual "macabro" dos brancos, para se adaptarem à morte de todos os dias, até que definhassem por completo.

MAS HOUVE CRIANÇAS NEGRAS QUE SE EDUCARAM PARA A VIDA:

as que nasceram e cresceram quilombadas.

Entendemos que a tarefa de educar-se é inerente a reconhecer-se e ser sujeito. Portanto, concluímos que as crianças negras educaram-se especialmente nos Quilombos.

*Folga negro
branco não vem cá
se vié
o diabo há de levá
folga negro
branco não vem cá
se ele vié
pau há de levar
(do folclore alagoano)*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS ⁽³⁾

- * ALVES, Castro. *Os escravos*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1977.
- ALENCAR, Francisco et alii. *História da sociedade brasileira*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livro Técnico, 1985.
- ALGRANTI, Leila Mezan. *O feitor ausente*. Petrópolis: Vozes, 1988.
- AMADO, Gilberto. *Ensaio sobre o autor de Casa Grande e Senzala*. In: GILBERTO Freire: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira*. 4. ed. Brasília: ed. UNB, 1963.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cultrix, 1988.
- * CONRAD, Robert Edgard. *Tumbeiros - o tráfico escravista para o Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- * COSTA, Albertina de Oliveira, BRUSCHINI, Cristina. *Rebeldia e submissão - estudos sobre a condição feminina*. São Paulo: Vértice, 1989.
- * COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- DANTAS, Pedro. *Ensaio sobre o autor de Casa Grande e Senzala*. In: GILBERTO Freire: sua ciência, sua filosofia, sua arte. Rio de Janeiro: José Olympio, 1962.
- * FREITAS, Décio. *Palmares a guerra dos escravos*. 4.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- * FREIRE, Gilberto de Mello. *Casa Grande e Senzala*. 17. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1975.
- GUIMARAES, Carlos Magno. *Os quilombos do séc. do ouro*. *Revista do Departamento de História da UFMG*, Belo Horizonte, n. 06, p. 15-46. jun. 1988.
- HOORNAERT, Eduardo. *Formação do catolicismo brasileiro - 1550-1800*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro - história de uma ideologia*. São Paulo: Pioneira, 1969.
- LOPES, Eliane Marta Teixeira. *Colonizador-colonizado; uma relação educativa no movimento da história*. Belo Horizonte: UFMG, 1985. (série teses).
- _____. *Perspectivas históricas da educação*. São Paulo: Ática, 1986.
- * MATTOSO, Kátia de Queirós. *O filho da escrava (em torno da lei do ventre livre)*. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, n. 16, p. 37-55, mar. 88/ago./89.
- MEDEIROS, Jarbas. *Ideologia autoritária no Brasil 1930-1945*. Rio de Janeiro: FGV, 1978.
- MENDES JÚNIOR, Antonio et alii. *Brasil história; texto e consulta - Colônia*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1977.
- MIRA, João Manoel Lima. *A evangelização do negro no período colonial*. São Paulo: Loyola, 1983.
- * MOTT, Maria Lúcia de Barros. *A criança escrava na literatura de viagens*. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 31, p. 57-67, dez. 1979.
- * MOTT, Maria Lúcia de Barros. *Submissão e resistência - a mulher na luta contra a escravidão*. São Paulo: Contexto, 1988.
- MOTTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira - 1933-1974*. São Paulo: Ática, 1977.
- NOVAIS, Fernando A. *Estrutura e dinâmica do antigo sistema colonial*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1977.
- PASSOS JÚNIOR, Dilson. *A formação do sincretismo religioso no Brasil*. *Revista de Cultura Vozes*, Rio de Janeiro, n. 01, p. 57-78, jan. 88/jul./89.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo - Colônia*. 12. ed. São Paulo: Brasiliense, 1972.
- _____. *História econômica do Brasil*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- * RIBEIRO, Maria Luísa Santos. *História da educação brasileira: a organização escolar*. 3. ed. São Paulo: Moraes, 1981. (Coleção Universitária)
- * VAINFAS, Ronaldo. *História da sexualidade no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- CARR, E. H. *O que é história?* 5 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

(3) As referências que contêm asteriscos foram utilizadas na elaboração deste artigo. As demais fazem parte do conjunto de referências utilizadas na elaboração do texto da monografia.